

## UMA HISTÓRIA DELICADA DO PIAUÍ

José Morais Antunes de Sousa<sup>1</sup>

**Resumo:** O livro *Tempo de Balaio* (2008) do geógrafo Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro é o primeiro livro de um conjunto de cinco volumes. No primeiro livro, o autor apresenta uma interpretação ao mesmo tempo geográfica e histórica do Estado do Piauí, enquanto que nos volumes seguintes ele se consagra à história das quatro gerações de sua família, concluindo com sua migração ao Rio de Janeiro nos anos 1940. Acompanhados de desenhos autorais, os livros compõem um quadro geral da evolução daquela sociedade entre os séculos 19 e 20. Sem deixar de ser uma leitura crítica, o presente artigo tenta compreender a argumentação central do primeiro livro, *Tempo de Balaio*. Procura-se destacar as inovações na análise, a beleza do texto e os problemas de método de um geógrafo que encerra sua carreira.  
**Palavras-chave:** Piauí. Teresina. História do Piauí. Geografia do Piauí. Carlos Augusto F. Monteiro.

## A DELICATE HISTORY OF PIAUÍ

**Abstract:** The book *Tempo de Balaio* (2008) by geographer Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro is the first book in a set of five volumes. In the first book, the author presents a geographical and historical interpretation of the State of Piauí, while in the following volumes he devotes himself to the history of the four generations of his family, ending with their migration to Rio de Janeiro in the 1940s. Accompanied of authorial drawings, the books compose a general picture of the evolution of that society between the 19th and 20th centuries. Without ceasing to be a critical reading, this article tries to understand the central argument of the first book, *Tempo de Balaio*. We seek to highlight the innovations in analysis, the beauty of the text and the problems of method.

**Keywords:** Piauí. Teresina. History of Piauí. Geography of Piauí. Carlos Augusto F. Monteiro.

## UNA DELICADA HISTORIA DE PIAUÍ

**Resumen:** El libro *Tempo de Balaio* (2008) del geógrafo Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro es el primer libro de una serie de cinco volúmenes. En el primer libro, el autor presenta una interpretación geográfica e histórica del Estado de Piauí, mientras que en los siguientes volúmenes se dedica a la historia de las cuatro generaciones de su familia, culminando con su migración a Río de Janeiro en los años 1940. Acompañados de dibujos de autor, los libros componen un cuadro general de la evolución de esa sociedad entre los siglos XIX y XX. Sin dejar de ser una lectura crítica, este artículo intenta comprender el argumento central del primer libro, *Tempo de Balaio*. Buscamos resaltar las innovaciones en el análisis, la belleza del texto y los problemas de método.

**Palabras clave:** Piauí. Teresina. Historia del Piauí. Geografía del Piauí. Carlos Augusto F. Monteiro.

---

<sup>1</sup> Centre de Recherches Historiques (CRH), École des Hautes Etudes en Sciences Sociales – EHESS, Paris, França, [wmantunes@yahoo.fr](mailto:wmantunes@yahoo.fr), <https://orcid.org/0000-0002-4429-0113>.

“As colunas do Alvorada em Brasília são os elementos arquitetônicos mais importantes desde as colunas gregas”.  
André Malraux

## Introdução

A aventura à qual me lanço agora pode ser considerada como um encontro, como são todos os textos, um susto frente a tudo o que podemos chamar realidade, sublime, tempo. O professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro<sup>2</sup> não editava seus textos para publicá-los gratuitamente, neles havia o dizer, ele escrevia para dizer alguma coisa, ou seja, não gostava de desperdiçar essa grande invenção milenar que é a escrita. Prossegurei nesse texto em harmonia como o conheci em suas palestras.

À convite da professora Maria Adélia Aparecida de Souza, escrevo esse texto sem pretensão alguma de querer informar mais o Leitor sobre CAFM, pois quem aqui chegou já deve estar a par de sua obra e do contexto de seus livros.

Escrevo este texto na semana em que o livro *O avesso da pele* (2020), do jovem escritor Jeferson Tenório, foi retirado das salas de aula das escolas estaduais dos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e Minas Gerais. Em paralelo a isso, pululam notícias contra prêmios literários e científicos que envolvem temáticas sociais atuais, sem contar os inúmeros atos de censura camuflados de rigor moral que vêm acontecendo nas esferas estaduais e municipais deste país.

Não acredito que a ciência deva mudar seu objeto de estudo por causa de temáticas societais que emergem num dado momento da história, pois temas vão e vêm enquadrados pelas circunstâncias. Quem diria que a Rede Globo de Televisão e seus programas, como o Big Brother Brasil, seriam um *companheiro* de crítica contra os governos conservadores atuais? Ninguém. Os temas societais mudam sempre, eles vão se combinando. Os corpos dos geógrafos também não são indiferentes a esse caos de ódio e amor à vez. Deixo aqui registrada essa censura contra os livros, pois ela pode estar acontecendo em outros meios intelectuais.

CAFM nasceu na cidade de Teresina, em 1927, e migrou para o Rio de Janeiro no começo dos anos 1940, onde iniciou sua formação, mas foi São Paulo o palco onde desenvolveu sua carreira na maior universidade daquela cidade, aposentando-se em 1987<sup>3</sup>. Então, o que falar sobre um grande cientista que se aposentou quando o autor deste texto nascia? O que falar sobre uma pessoa que deixa uma obra de 60

---

<sup>2</sup> CAFM.

<sup>3</sup> Outros artigos deste dossiê devem tratar detalhadamente sua trajetória.

anos? Acredito, assim, que eu deva escrever a partir de um encontro com o seu último livro, *Tempo de balaio* (2008), que é, na verdade, uma introdução aos quatro volumes do livro *Rua da Glória: Rumo à cidade nascente (1850-1896)*; *As armas e as máquinas (1896-1921)*; *No tempo dos revoltosos (1921-1934)*; *O tamanho de uma esperança (1935-1945)*.

Nesses volumes, o que CAFM chama de crônica de uma família de 1850 a 1945, ou seja, um século de enredos piauienses, eu chamaria voluntariamente de “Um história delicada do Piauí”. Por que delicado? É exatamente essa a primeira impressão que tive ao folhear pausadamente os volumes acima, as fotografias muito bem dosadas e escolhidas, onde pessoas elegantes se mostram em preto e branco, e os inúmeros desenhos autorais entrelaçados ao texto, tudo um charme. Não é apenas a esse cuidado de harmonizar a história, a escrita, os desenhos e os enredos que chamamos uma história delicada, penso, também, na sua coragem sem reserva em mostrar os seus dotes de espírito, adquiridos ao longo de seus anos, e na generosidade em transformar a sua família em cultura. Para contornar o problema da pouca familiaridade com a obra de CAFM, tomarei como objeto somente o livro *Tempo de balaio* (2008), vou atravessá-lo e extrair as minhas impressões. Desse modo, o Leitor pode classificar esta contribuição como uma resenha.

O presente texto tem cinco partes: a primeira é consagrada a comentários sobre a forma, o conteúdo e o método; a segunda traz questionamentos a partir da descrição dos fatos históricos narrados; a terceira é uma reflexão sobre a função da Geografia na cultura nacional. Terei o objetivo alcançado se o Leitor entrever ao menos a aurora da grande obra de CAFM.

### **Ao encontro do livro**

Este texto tem como ponto de partida a entrevista do autor concedida à Revista Discente Expressões Geográficas, em 2010, data que marca, sem dúvida, uma autorreflexão do autor sobre sua carreira. Fazendo prova de sua criatividade, é o próprio autor quem classifica sua carreira em três etapas: i) “Iniciação” (1947-1960), anos de sua licenciatura em Geografia e História na antiga Universidade do Brasil (atual UFRJ); ii) “Produção” (1968-1987), iniciado na defesa de sua tese e entrada para o Departamento de Geografia da USP, onde desenvolveu inúmeras pesquisas no domínio da Climatologia, até o ano de sua aposentadoria; iii) “Arremate” (1990-2022), que marca sua contribuição aos cursos de pós-graduação

das universidades federais de Santa Catarina e Minas Gerais, momento em que o autor bifurca sua carreira para se dedicar aos estudos sobre “os conteúdos geográficos” na Arte e Literatura (Monteiro, 2010). É desse último período os livros *O mapa e a trama* (Edufsc, 2002) e *Geografia sempre* (Edições Territoriais, 2008). Outros autores deste dossiê abordarão certamente essa periodização por ele criada, bem como seus demais livros e contribuições.

Para aqueles interessados no desenvolvimento cronológico do pensamento de CAFM, chamamos a atenção para o fato de que ele tinha uma facilidade para escrever. Não era nenhuma surpresa se suas gavetas estivessem sempre cheias de manuscritos inéditos, de modo que a data de conclusão de um texto podia nunca bater com a do ano de publicação. É este o caso dos cinco volumes em questão: *Tempo de balaio* (2008) e *Rua da Glória* (2015), ambos escritos entre 1990 e 1993. Explicando os motivos de sua bifurcação, ele diz:

Minha Geografia é um seio de Abraão, ela é muito rica. No momento em que eu abandonei a Climatologia – sou uma pessoa aposentada, não tenho apoio de instituição, não tenho um funcionário ou um ajudante, não tenho um aluno para me ajudar. Mas quando você se vê sozinho em casa e não quer parar, o que você faz? Você escolhe algo que possa ser feito com as suas próprias mãos (Monteiro, 2010)

Em suas idas à Bahia para dar conferências, cheguei a vê-lo pessoalmente duas vezes. Em uma dessas, em 2012, em ocasião de um seminário sobre o professor Aziz Ab’Sáber: Logo após minha breve exposição, ele me chamou ao canto do auditório para me dizer palavras bonitas e me ofereceu seu mais recente livro: *Geografia sempre*. Em suas conferências não se ouvia mais falar em climatologia, ele se interessava pela Arte e pela Literatura, dizia que há anos passou a estudar a relação entre a geografia e sua apreensão pelos escritores e pintores (Monteiro, 2013). Naquela ocasião, chegou ainda a comentar sobre um livro que ainda não tinha sido publicado, referiu-se ao livro como um coroamento de sua carreira intelectual. Eram os volumes de *Rua da Glória*, e o autor não sabia se viria sua publicação.

*Tempo de balaio* e *Rua da Glória* não são livros literários, como os títulos podem sugerir. Essa constatação marca a recepção imediata de seus livros em minhas mãos, e confesso que fiquei imediatamente desapontado, pois esperava um romance histórico, até porque desde 1987 ele já vinha sinalizando sua inclinação aos temas literários. Eu pensava que fosse encontrar um livro como aqueles do escritor Julien Grac, que também teve uma passagem pela Geografia. Logo na introdução do livro *Tempo de balaio*, o autor é muito objetivo: ele se propõe a

estudar as três gerações de sua família de 1850 a 1945, ou seja, quase um século de história. Por isso ele se viu obrigado a criar um quadro histórico que explicasse as origens da primeira geração de sua família. Apesar de ter relação, não era um objeto espacial que estava na linha frente, era o tempo, ele precisar tornar o tempo histórico inteligível para identificar as conexões de sua família com as vagas da história local e nacional. Esse tipo de projeto é raríssimo na carreira de um geógrafo, talvez ele seja o primeiro geógrafo brasileiro a propor tal arte. E é exatamente por isso que seu livro me cativou. Como apreender o tempo? Como desenvolver uma consciência do tempo? Meu gosto pelo tempo veio por meio dos professores da chamada “*École des Annales*”<sup>4</sup>, onde estudei uma nova classificação dos oceanos que surgiu na Europa no início do século XX, enquanto que CAFM desenvolve seu gosto pelo tempo por meio de seus estudos sobre o clima.

Nesta perspectiva, nas primeiras páginas de *Tempo de balaio*, eu esperava, à primeira vista, encontrar uma introdução longa sobre as formas de relevo, o funcionamento do clima, as descrições das paisagens onde os episódios importantes se desenrolaram durante os séculos abordados. CAFM chegou a mencionar rapidamente o trabalho de Braudel, mas não o desenvolveu, e também não podia construir ligações com o historiador francês porque enquanto o primeiro mirava uma documentação de indivíduos, quase indo para a micro-história, o segundo sublinhava o poder da geografia – entendida como os componentes físicos da paisagem, como baías, montanhas, alpes, mares, etc. – na influência dos rumos da sociedade. Desse modo, visto que CAFM expõe tão destemidamente que o objeto de estudo é a sua “família”, ele não percebe, ou se percebe não discute, que mergulha numa abordagem cara aos historiadores. Mas essa falta de discussão sobre o método faz com que mais à frente surjam problemas sobre a sucessão de fatos históricos que ele apresenta.

Ainda na introdução, ele mobiliza autores como João Guimarães Rosa, Caio Prado Júnior e Ignácio Rangel; deste último ele extrai a abordagem sobre a “dualidade” brasileira. O autor mais caro à argumentação é Odilon Nunes (1899 - 1989), que teve acesso a importantes documentos públicos e privados e os reuniu em dois livros citados inúmeras vezes por CAFM. Na verdade, na falta dos arquivos que serviram de pesquisa para o próprio Odilon Nunes, podemos encarar os seus livros impressos como fonte primária. É isso que CAFM faz em seu texto, ele

---

<sup>4</sup> Nos seminários de Maurice Goderlier, François Hartog e Maurice Aymard discutia-se muito sobre o tempo histórico.

vasculha toda a documentação mobilizada por Odilon Nunes para puxar o fio de Ariadne que o levaria a construir um contexto histórico-geográfico. Nesse aspecto, o livro tem uma contribuição para a História do Piauí, pois ele não apenas mobiliza os documentos, mas os relaciona aos elementos físicos que constituem as paisagens da bacia do Rio Parnaíba. Vemos aí delinear-se uma função da Geografia na construção da história nacional? Caberá ao historiador especializado dizer em que medida esses documentos citados por Odilon Nunes já geraram outros trabalhos de igual envergadura.

CAFM abre sua introdução com um bloco de diagrama autoral da costa Nordeste do Brasil numa escala que abrange de Salvador a São Luís. Por meio de uma visão oblíqua sobre o continente, vê-se em primeiro plano a costa brasileira, com destaque para os rios São Francisco (BA), Jaguaribe (CE) e Parnaíba (PI). Por causa do formato da página, o bloco diagrama comprimiu demasiadamente as informações, pode-se ver isso nos nomes “Paranaguá” e “Bahia”, o primeiro se perde atrás do segundo. As principais cidades são devidamente localizadas, isso ajuda muito na identificação dos 56 balaios que se formaram no interior do território piauiense (Monteiro, 2008, p. 199). Veremos mais de uma vez um jogo de lugares e pessoas imbricados; as palavras como “vale”, “ilha”, “rio”, “baixões”, “cabeceira” mostram que as pessoas necessitavam usar aquelas formas de relevo nos conflitos. Mas o foco de CAFM não é a Geografia, é a sucessão dos fatos históricos. Volto a esse bloco diagrama mais abaixo, quando surgem os problemas de método.

Ainda na introdução, há um elemento que considero inovador para a narração: a vegetação. A atmosfera do Piauí foi antigamente uma área limítrofe de climas diferentes, as marcas desses tempos remotos terra podem ser vistas através de três tipos de palmáceas: carnaúba, babaçu e buriti. A primeira se prolongou seguindo os baixões (para os piauienses) ou baixios (para os cearenses); enquanto o babaçu penetrou o vale do Parnaíba, avançando até o Tocantins; e, por fim, o buriti, que estava presente desde os sertões de Minas Gerais, cruzando o oeste baiano até penetrar o sul do Piauí (Monteiro, 2008, p. 33-35). Através desses três tipos de palmeira, os leitores podem imaginar as paisagens daqueles séculos de formação do Brasil.

Para ativar a imaginação do leitor, CAFM propõe um conjunto abundante de desenhos delicados da flora, dos campos e das fazendas, bem como dos imóveis e sua arquitetura interna. Os desenhos de CAFM são estimuladores da imaginação, daí a importância do tempo dedicado à leitura, da cultura acumulada do leitor e de

sua habilidade de ligar fatos aparentemente isolados para criar representações de paisagens distantes de si. É um livro que produz paisagens imaginadas. Esse livro foi feito pelas mãos de um autor que dominou técnicas de desenho em uma época em que a televisão e a fotografia não eram difundidas em nossa sociedade. Seus desenhos lembram diretamente aqueles dois primeiros viajantes que cruzaram anteriormente as mesmas paisagens, agora, analisadas no livro. A arte de CAFM reporta o leitor àqueles desenhos ibegeenses em *Tipos do Brasil* (IBGE, 1975). Os desenhos de dois viajantes naturalistas, Johann Baptista Spix e Carl Philipp von Martius, são mobilizados também, precisamente aqueles desenhos retocados por sombras a ponto de dar profundidade às formas (Monteiro, p. 52-53). Apenas em um desenho CAFM tentou aplicar um jogo de sombras semelhante com o uso da aquarela (Monteiro, 2015, vol. 4, p. 280), isso demonstra que ele também dominava as técnicas de sombreamento, profundidade e volume. Talvez por uma questão de gosto, CAFM não tenha aplicado essa técnica em todos os seus desenhos. Alguns desenhos foram fruto de suas andanças: ele passava no local, registrava mentalmente a paisagem e, ao chegar em sua casa, montava o desenho, ao menos é isso que ele diz nas legendas de “O sítio da Fazenda Santo Antônio, no Berlengas” (Monteiro, 2015, vol. 1, p. 244) e “Casa do Dr. Evandro Rocha” (Monteiro, 2015, vol. 3, p. 141). Estes desenhos mostram claramente o cuidado de CAFM em guardar o gosto dos arquitetos e dos donos das casas que os contrataram. São os traços das primeiras cidades daquelas terras, era o belo aos olhos de CAFM.

Vale a pena lembrar que todos os desenhos datam do ano de 1993. Isso leva a crer que o autor foi recolhendo as imagens e esboços ao longo dos anos de redação dos volumes. Depois da redação pronta, ele foi inserindo desenhos sempre onde sentia que o devesse. O resultado é uma rica galeria.

Já que me detive aos desenhos, não posso deixar de fora o conjunto de plantas de casa que ele lavra. Destaco as plantas das casas de Júlia Figueiredo, de Raimundo Leão Monteiro e de Edith e João Souza (Monteiro, vol. 4, p. 71, p. 281, p. 333, respectivamente). O leitor comum vai objetar que essas plantas não passam de afetação e que não teriam uma notável função para o livro. Aí está um engano de leituras superficiais. Os planos típicos internos e externos das casas revelam diretamente não apenas os costumes sociais de uma família, mas também as relações destas com o meio geográfico (relevo, clima, temperatura, geologia, etc.). À primeira vista, podemos não precisar dessas características físicas, mas quando o método adotado é o descritivo, como o é em *Tempo de balaio*, as plantas de casas

ativam automaticamente toda a constituição material e social do local e sua região. É por isso que os geógrafos franceses do início do século XX, no momento de suas descrições de cidades e aldeias distantes de Paris – vale lembrar que a fotografia de paisagem e os documentários fílmicos não eram ainda desenvolvidos à época –, recorriam às plantas de casa para enriquecer a descrição das populações nativas. Assim o fez Jean Brunhes (1962, p. 105-106). Falar sobre o material de construção das casas e suas repartições internas, bem como suas fachadas, era uma riqueza a mais para conhecer outros povos. Em outras palavras, no momento em que se descrevia o material constituinte da casa, descrevia-se imediatamente o seu sítio e o material que compunha a paisagem nas imediações. Nessas cidades simples construídas antes da revolução dos transportes no século XX, os materiais atravessavam poucas distâncias por causa da debilidade das estradas e dos transportes. Durante excursões organizadas pelo Centro de Estudos Ibéricos (Guarda, Portugal), pude observar as cidades, como Sebugal, Idanha-a-Velha e Monsanto (região Beira), que foram construídas inteiramente com as “pedras” das colinas onde elas foram instaladas. O mesmo ocorreu na cidade de Catânia (Sicília, Itália): quando questionados sobre a origem daqueles paralelepípedos das ruas, os habitantes apontavam para as crateras vermelhas do Etna. A pavimentação das ruas com aqueles blocos de magma puro deu às ruas daquela cidade uma cor negra que combinou com o azul cinzento de muitos de seus prédios de estilo renascentista. Mas CAFM não descreve de onde veio o material daquelas casas por ele desenhadas, isso é um reflexo de sua falta de afinidades com os chamados geógrafos “humanos” clássicos? Não saberia dizer. Certamente, ele teria elementos de sobra para nos apresentar uma bela descrição do arredores de Teresina. Em viagens à região do Cariri (Ceará), passando pela zona rural das cidades de Juazeiro do Norte, Crato, Assaré, Tarrafas, Aiuaba, Cariús, Jucás, Varzea Alegre, pude perceber que as casas do início do século tinham seus telhados construídos com os troncos de carnaúbas. Ou seja, a mesma árvore mítica que marca a abertura do livro do autor. Assim, as plantas das casas estão conectadas a esse método de descrição integral da paisagem. Esse estilo de descrição não chega a ganhar forma em *Tempo de balaio*, mas também devo confessar que não pude analisar os quatro volumes. De todo modo, estas são lacunas que o autor não preenche, e creio que preenchê-las seja uma tarefa dos discípulos e leitores que virão nos próximos séculos.

## O grande tempo

Outro aspecto, a meu ver, igualmente interessante é ver um diálogo emergir das entrelinhas com a poesia épica brasileira. O autor discorre repetidas vezes sobre os números e levas de “pioneiros desbravadores” – os chamados bandeirantes – preadores de índios que iam ganhar os vales, baixios e veredas para fundar as primeiras “colônias” – aldeias ou arraiais – no interior do sertão da bacia do rio Parnaíba (Monteiro, 2008, p. 96). Na maior parte deles, os arraiais eram compostos apenas de homens onde montavam ali mesmo o posto de combate. Esses pontos de luta eram fixados, mas não eram fixos, duravam apenas o tempo do combate para espantar os nativos. Isso se passou no século XVII, época de combates sangrentos e impiedosos. Na segunda metade do século XVIII, quando boa parte da população nativa tinha já sido “extinta” ou “encurralada” mais ainda no interior das “muralhas festonadas” de serras (termos utilizados pelo autor), deu-se início à sociedade pastoril e também ligada ao gado, promotora de costumes isolados. Os antigos currais baianos, que avançaram o povoamento perlongando as margens dos rios, deram lugar à construção das fazendas recanteadas, berço de um grupo de agricultores alheios às necessidades do poder político (Monteiro, p. 102). Essas transições de modelo de povoamento, embora tenham sido repletas de atitudes violentas, podendo muitas vezes ser classificadas como bárbaras, são momentos épicos de nossa história, ou ao menos foram episódios doloridos transformados em poesia épica, como “Canção do Tamoio” e “Os Timbiras”, de Antônio Gonçalves Dias (1959, p. 372 e 475), e “Os filhos de Tupã”, de José de Alencar (1960, p. 561):

Os ritos semibárbaros dos Piagas,  
Os cultores de Tupã, e a terra virgem  
Donde como dum tronco, enfim se abriram  
Da cruz de Cristo os piedosos braços;  
As festas, e batalhas mal sangradas  
Do povo Americano, agora extinto  
(Dias, 1959, p. 475).

Ao deserto, minh'alma! Sôbre os píncaros  
Da bronca penedia, enquanto o vento  
Nos antros da montanha ulula e brame,  
Solta a rude pocema, o canto fero,  
Dos filhos de Tupã. E ruja a inúbia,  
Trocando pela várzea os sons bravios  
(Alencar, 1960, p. 561)

As estrofes acima estão ligadas ao texto de CAFM. *Tempo de balaio* contempla perfeitamente os escritores e poetas interessados em imaginar como eram as paisagens daqueles povos de que trataram Gonçalves Dias e José de Alencar. O livro de CAFM nos convida à leitura de outros autores que compõem a cultura nacional, apoiam-se uns nos outros, formando o que eu ousaria chamar *o grande tempo* de uma nação. Entendo por grande tempo a capacidade de um povo em revisitar, por meio das obras de seus artistas e cientistas, acontecimentos de séculos recuados. O grande tempo é a consciência que emerge dessa recomposição de cenários e de blocos de décadas. Os brasileiros ainda não têm a consciência desse grande tempo, é um país novo, ele está se fazendo; eles são tão novos que falam dos anos 70 como se fossem parte de um passado concluído.

Curioso ainda é observar o germe de uma polêmica entorno do que seria uma história homossexual da formação do Brasil. Se observarmos o quantitativo de homens que começaram a povoar o interior do sertão naqueles primórdios, vamos constatar que as mulheres estão em número bastante reduzido. Outro momento em que se assiste a um grande número de homens, homens juntos, diga-se de passagem, é no momento da deflagração da revolta dos balaio e em todo o processo de rebelião. Do lado marginal, vaqueiros, boiadeiros, fazendeiros e civis se reuniam formando hostes. Do lado oficial, iam homens cearenses e baianos, armados e encouraçados. Esses grupos de 100, 150 e 200, ou até mais, cruzavam as fronteiras do sertão da bacia do rio Parnaíba, eles acampavam em matas fechadas próximas às nascentes. Essa proximidade excessiva de homens gerava enredos, como igualmente ocorria nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial. É nesse contexto que surgem histórias secretas, mas elas morrem nos próprios lugares onde tiveram uma vida efêmera, mas CAFM não aborda essa problemática. É o autor deste artigo que coloca essa questão. CAFM apresenta os números, quantificou os homens visíveis, mas sem os desejos invisíveis. O estudo de temas muitas vezes irrelevantes pode gerar revoluções nos costumes dos vivos.

### **Algumas questões**

Em 1839, na deflagração da revolta dos Balaio, os documentos citados por Odilo Nunes tornam-se cruciais para a demonstração da sucessão linear dos fatos. Embora permaneça sempre discreta, é nesse momento que aparece uma figura importante para toda a trama montada: o mensageiro. CAFM não fala sobre essa

figura, ele apenas menciona rapidamente os “mensageiros” (Monteiro, p. 200 e p. 213). Vêm-me à mente os “deputados” das conquistas de César, eles tinham duas funções, que eram levar mensagens mas também apresentar os acordos antes dos conflitos. Quero destacar o papel do mensageiro porque ele toca no objetivo central da demonstração do autor. Se observarmos as cartas mencionadas nas páginas 213, 218, 219 e 220, elas estão organizadas cronologicamente segundo as datas que nelas estão marcadas. Subentende-se, portanto, que elas tenham sido lidas também cronologicamente e que os destinatários tenham se movido na arena do mesmo modo cronológico. Neste ponto, é a sucessão de cartas em ordem crescente que cria o sentimento no autor da sucessão de fatos no tempo e, por conseguinte, da organização do tempo em uma estrutura linear. Mas quem garante que cada uma daquelas cartas tenha circulado todo o território, do interior às capitais, para desencadear uma nova ação? Que garantia temos de que os destinatários estavam fixos nas capitais do Ceará e da Bahia e não em movimento no território? As datas registradas nas cartas correspondem ao tempo real da superposição dos fatos? Num primeiro momento, essas questões colocam em dúvida a estrutura linear do tempo, e, num segundo momento, elas nos interrogam sobre a velocidade percorrida de um ponto a outro naquela época. É uma provocação que faço, sem dúvida. Mas não fica claro se essa informação sobre a velocidade e o tempo inexistente em Odilon Nunes ou se foi o próprio CAFM que não se ateve a isso. O fato é que nenhum dos dois autores procurou nos documentos uma prova que demonstrasse o tempo percorrido pelas pessoas e pelos objetos. Apenas com a análise desses dados pode-se medir o tempo e sua velocidade naquele período histórico. O próprio Odilon Nunes utiliza o termo “pontos de correio”, quem se referia às cidades e aldeias de parada para os mensageiros (Monteiro, 2008, p. 200). Mas qual era a duração percorrida? Qual era a velocidade? Aqui está uma pista para os pesquisadores que desejam não apenas entender a sucessão das datas em *Tempo de balaio*, mas a temporalidade dos fatos naquela época.

Assim, visto que uma crítica comboia outras, gostaria de mencionar duas passagens igualmente problemáticas quando o autor trata da Revolução Francesa:

[Século XVIII] Foi o momento da expansão da economia capitalista mundial. Ao entrar na segunda metade do século XIX vão declinar ou quase cessar os movimentos “revolucionários” inaugurados com a Revolução Francesa (1789) (Monteiro, 2008, p. 44)

Entre Waterloo e o meio século, a Europa dera passos decisivos. O sonho da “liberdade, igualdade e fraternidade” da virada do século sempre fora mais uma aspiração (inalcançada) do que uma prática (consumada). Na

própria França a monarquia legitimista derruba em 1830 Luís Felipe, o “rei burguês”. A proclamação da república em 1848 parece fazer renascer a força revolucionária, mas em breve, a chamada ‘primavera dos povos’ é enganada e a data fica como o divisor de água entre a era das revoluções e a era dos capitais (Monteiro, 2008, p. 76)

Poderíamos questionar ao autor que a Revolução Francesa não tinha o objetivo de ser uma revolução econômica, ela tinha orientação cívico-social, eram os direitos do povo francês e os direitos universais do Homem que foram amplamente debatidos naqueles anos. E uma segunda interrogação poderia ser feita a partir do papel da III República (1870-1940), que resgatou objetivamente os princípios revolucionários como o sufrágio universal, o ensino laico, gratuito e universal, a criação de universidades nas províncias, além de combater fortemente a interferência do poder clerical nas eleições e nos programas escolares. A III República continuou e alargou os princípios da Revolução Francesa. Isso é quase um consenso entre os historiadores. Essa declaração de CAFM não terá sido uma influência direta da visão de Eric Hobsbawm – historiador citado no texto?

Todavia, nada do que foi dito acima cria nuvens sobre o propósito de CAFM, ao contrário, apenas mostra o quão difícil é apreender o tempo por meio de palavras e não de cálculos como ele o fez para a Climatologia. São lacunas como essa que demonstram a força e a coragem da pluma de CAFM. Acredito que a verdadeira ciência não é somente aquela que consegue ser precisa e exata a ponto de chegar a um rigor no enquadramento do objeto de pesquisa, ao contrário, a verdadeira ciência pode ser encontrada no caminho traçado, no desafio apresentado e nas ferramentas utilizadas para a explicação. CAFM tinha em suas mãos centenas de documentos pertencentes a três gerações de sua família, nada mais generoso do que transformar aquilo tudo em história.

### **Uma lupa sobre o Brasil**

O início da revolta dos balaios teve como causa principal o recrutamento pelo governo central para combater nas trincheiras do Rio Grande do Sul. Eram, sem dúvida, as primeiras causa-e-efeitos do nascimento do Brasil. Os novíssimos piauienses não entendiam muito bem que o recrutamento militar fazia parte dos deveres de um cidadão. Era tudo muito novo, um povo novo. Depois de alguns meses, as rebeliões ganharam outros rumos.

Ainda na parte sobre os conflitos intensos entre legalistas (capitães e tenentes) e rebeldes (posseiros, fazendeiros, caboclos, lideranças negras, mulheres e crianças), destaco os movimentos daquelas pessoas pelos terrenos compostos por rios, vales, baixões, veredas, cabeceiras, etc. Mais de uma vez CAFM mencionou que ora os rebeldes corriam em fuga em direção às “cabeceiras” – Vitória, Aroeira e Delfino (Monteiro, 2008 p. 233) – ou em direção aos “baixões” – Tomaz e Polidoro (Monteiro, 2008, p. 235). O mesmo aconteceu com os “legalistas” Major José Felipe – comandante militar – que estava na vila de Santa Teresa “à montante” do rio Parnaíba (Monteiro, 2008, p. 236). Essa diversidade do vocabulário continua em toda a narração. Se observarmos que o autor jamais se refere a “chapadões”, “planícies” e “lagos”, ao contrário, CAFM se refere sempre a “cimos” e a áreas margeando os rios. Isso mostra claramente que o conflito se passa numa bacia hidrográfica. Mas o leitor insensível a esses termos pode não projetar em sua mente a imagem de uma bacia hidrográfica. A única forma de ajudar o leitor nesse momento era utilizar o bloco diagrama da página 32, que deveria ter ganhado um formato A2.

Outro ponto que merece ser sublinhado é que essa indiferença dos rebeldes e legalistas pelo solo, ou seja, eles corriam alheamente sem procurar ter o domínio seja de um rio ou de uma montanha, é uma questão geográfica incontornável. Há autores que funcionam como âncoras no tempo, e é a Ratzel que devo retornar inevitavelmente nesse momento, pois foi ele quem apreendeu em seus livros a lógica geográfica da formação dos Estados modernos europeus. Ele entende a situação geográfica como um determinado lugar fixo da superfície terrestre que serve para um uso permanente ao longo de gerações, é fruto de uma escolha pensada para o domínio estratégico de um pedaço da terra. Não é apenas uma luta pelo “onde”, a situação é uma pergunta por meio de qual (onde) um povo controla os rumos da política. No texto mencionado acima, Ratzel não dá exemplos concretos, ele estava na pura idealização do fenômeno. Devo, portanto, agora, mobilizar um caso prático. O leitor queira desculpar-me a limitação, não gostaria de trazer o texto para perto de meus estudos, mas o único exemplo que me vem à mente é o que ocorreu no momento do domínio dos oceanos no início do século XX. No momento da deflagração da Primeira Guerra Mundial, os alemães reclamavam abertamente o que ficou conhecido como a “liberdade dos mares”. Mas o que foi essa liberdade dos mares? Eles se referiam à livre circulação dos oceanos e à abertura de passagem pelos ares: isto é, estreitos, ilhas, istmos, arquipélagos e cabos que controlavam o

acesso aos mares secundários, aos mediterrâneos e aos oceanos. Naqueles anos, para ir do Mar do Norte à Singapura, todos os navios passavam por pontos controlados pelo Inglaterra: Lizard (entrada do Mar da Mancha), estreito de Gibraltar (entrada do Mediterrâneo), Malta (Mediterrâneo), istmo e canal de Suez (saída e entrada do Mar Vermelho), Porto-Saïde (saída e entrada do Mar Vermelho, Aden, Colombo e Singapura (circulação no Oceano Índico). Se observarmos as rotas dos mares austrais, o cabo da Boa Esperança controlava a entrada e saída dos oceanos Atlântico e Índico, e as ilhas Falklands controlavam também a entrada e saída dos oceanos Atlântico e Pacífico (Sousa, 2022, p. 210). Nos mares da América Central, Trinidad era controlada pela Inglaterra. Os historiadores simplificam essa complexidade com o termo “Companhia das Índias”. Todos esses pontos fixos foram escolhidos intencionalmente, em seguida, foram dominados para o bem do destino do povo inglês. Visto que o Brasil nunca participou dessas disputas, nós não temos em nosso território nenhum desses elementos marinhos, e, por conseguinte, não temos em nossa cultura os oceanos. Toda essa volta para dizer que as lutas internas no território piauiense não tinham nenhum interesse em dominar o solo, nem os rebeldes nem os legalistas queriam ou procuravam constituir estados autônomos. Vê-se claramente que é uma revolta entorno de direitos, era uma guerra social, lutavam por direitos, pois circulavam alheamente sem uma preocupação no domínio de elementos fixos da bacia do rio Parnaíba. Certamente receberei críticas dessa curva no texto, que não é erudição gratuita, pois é uma tentativa de orientar a leitura do texto. Estou longe de poder propor uma interpretação histórica, possam outros com olhar de lince fazê-lo.

No entanto, se os balaios se rebelaram também para poder promover a organização de uma território autônomo, Odilon Nunes será mais uma vez uma fonte de consulta, e seus documentos deverão ser reinterpretados à luz do que foi no parágrafo anterior. CAFM não tinha o interesse em desvendar essa geografia política de formação de território piauiense, nem mesmo tentou entender as “fronteiras” naquela época e nem procurou analisar porque os limites do Estado do Piauí se encontram hoje exatamente no divisor de águas da bacia do rio Parnaíba.

Direciono-me ao fim do encontro com CAFM.

Por último, gostaria de sublinhar com perplexidade o blecaute dos topônimos tupi-guaranis das localidades piauienses. Esse apagamento já está presente nas referências de Odilon Nunes, e foi reproduzido por CAFM. Isso tem uma importância para a leitura histórica. Fiquei sensível a isso depois de ter lido *O Tupi na Geografia*

*Nacional*, de Theodoro Sampaio. Segundo esse autor, as primeiras ondas de portugueses debravadores e jesuítas foram avançando a exploração do território do litoral para o interior em companhia dos índios, aprendendo a língua e sem desnomear as localidades. Para os primeiros chegantes, os topônimos vernaculares eram preciosos, pois descreviam imediatamente o local. Por exemplo, nos arredores de Ilhéus, onde escrevo, encontram-se vários topônimos: Ipiaú, Itabuna, Ibicaraí, Itacaré, Iguaí. Se eu não me engano, o “Y” é o radical tupi que significa água. “T” é o radical que significa pedra. Daí se podia traduzir as geografias dos lugares distantes sem nunca lá terem estado. Isso revela um aperfeiçoamento invejável da Língua Tupi. Nos livros de Odilon Nunes e em toda a descrição de CAFM ressaem pouquíssimos topônimos, a maioria são “nomes de lugares” retirados da Língua Portuguesa. Por isso, ficamos às vezes perdidos na descrição de CAFM, não que seja culpa do autor, mas é a própria língua nativa que era mais rica. Tanto é que em um dado momento CAFM teve de parar e explicar o significado dos nomes de duas localidades centrais do desfecho dos conflitos: “Curimatá” e “Egito” (Monteiro, 2008, p. 201). O autor explica em miúdos esses termos. Porém, há uma infinidade de outros nomes de lugares sem raízes, que não chegam a ganhar o sentido de um topônimo. Esse blecaute foi produto da chegada dos bandeirantes predadores de índios. Não estavam mais no começo do século XVI, naqueles primeiros encontros, já era a passagem do século XVII para o XVIII, os jesuítas já tinham em sua maioria sido expulsos. O acúmulo de violência fez-se. Lendo CAFM, imagino que um mapa escrito com topônimos tupis não precisaria de legenda nem de curvas de nível para indicar os pontos mais altos do território; seriam as palavras que mapeariam por si os lugares.

### **Um autor delicado**

Chegamos, enfim, ao final de nosso encontro com CAFM, um homem muito gracioso de pluma leve, mobilizando aqui e ali palavras charmosas, como “arriba”, o que deixa transparecer um certo sotaque escrito. Os cinco volumes são a prova de um autor generoso para com todos aqueles de sua família, pois, por meio de um projeto histórico, acabou por transformar todos em cultura. *Tempo de balaio* e *Rua da Glória* são produto de um longo amadurecimento intelectual onde o autor encontrou uma ocasião para deitar sobre o papel suas últimas forças. Seus livros fazem também reverberar uma função da Geografia que é explicar a formação do

território brasileiro. Não tenho dúvida que são livros como o de CAFM que poderão em breve servir para uma História Geral do Piauí.

Devemos todos os agradecimentos aos editores das universidades federais de Santa Catarina e Piauí por terem acolhido as 1.927 páginas distribuídas nos cinco volumes em questão. E palmas devemos, sobretudo, por terem publicado os livros com CAFM em vida, o que reconforta a alma de um autor.

Mas por que o autor não escreveu sobre sua vida e a sua geração?

Entre 1987 e 1990, CAFM ainda frequentava seu gabinete na USP. Numa certa manhã, chegou cedo em seu laboratório, quando percebeu jovens professores murmurando seu nome: “Por que não deixa logo esta sala para os professores novos que estão chegando?”. Ao menos foi isso que sua amiga Maria Auxiliadora da Silva, minha professora lá nos anos de graduação, contou-me em seu carro deixando o estacionamento da UFBA. Aquele episódio marcaria a memória de CAFM. Não sei, realmente não sei, mas CAFM estanca sua crônica familiar no início de sua vida, logo ali nos anos 1940, quando ele debuta sua formação na Universidade do Brasil. E esse *stop* consciente ele o fez para nos preservar. Mas de quê? Cito-o:

A vida de magistério ensinou-me que não se deve destilar ou difundir pessimismo em torno de nós, para os que nos escutam ou nos leem. Tenho receio que o início de minha vida, retratado aqui no volume final desta crônica como “O tamanho de uma esperança” tivesse que se encerrar por outro que viesse a se intitular “O peso de uma desilusão” (Monteiro, 2015, vol. 4, 417)

Mas por que esse arremate? Ele evitou contar sua carreira no ensino superior.

Acho uma pena que a minha geração de jovens aproveite tão pouco as primeiras colunas já erguidas da nossa cultura, colunas estas construídas ao longo de dois séculos de letramento no Brasil. Tenho o sentimento de que um dos problemas atuais da sociedade brasileira seja a leitura utilitária – essa em que o objeto é o resultado financeiro e técnico imediato – em detrimento daquela que tem por objeto a evolução da cultura. Será nessa época, e por brasileiros mais velhos (pois nós somos muito jovens e vivemos ainda a barbárie da formação do país, ela ainda está em curso) que textos como os de CAFM ganharão sua função.

O adjetivo “delicado” presente no título vai permanecer no duplo sentido. As imagens, os desenhos e as batalhas já justificam a nuance. Na dúvida, indicamos o leitor a ir às fotografias das páginas 217, 218 e 422 do quarto volume. CAFM sempre foi uma figura delicada, um charme.

Por último, deixo minhas desculpas ao leitor pelo não aperfeiçoamento desta resenha. Foi-me feito o convite em janeiro, os livros chegaram-me no início de fevereiro e tive de enviar o manuscrito ao editor no final de março. Tentei mostrar as minhas impressões, elas foram jorrando como as águas jorram nas cascatas, e eu fui sumindo na fumaça d'água. Isso mostra a coluna erguida por CAFM.

– Vá a ele, Leitor, vá a seu livro.

Sítio Logunedé, Maria Jape, Ilhéus (BA), fevereiro – março de 2024.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José. **Obra completa**. Vol. IV. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1960.
- BRUNHES, Jean. **Geografia Humana**. Tradução de Ruth Mgnanini. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.
- DIAS, Antônio Gonçalves. **Poesia completa e prosa escolhida**. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1959.
- IBGE. **Tipos e aspectos do Brasil**: excertos da Revista Brasileira de Geografia. Fundação Insituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- MONTEIRO, C. A. de F. **Tempo de balaio**. Série Livros Geográficos. Florianópolis: EDUFSC, 2008. 348 p.
- MONTEIRO, C. A. de F. Entrevista com o professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. **Revista Discente Expressões Geográficas**, nº 6, Ano VI, p. 1 – 8, Florianópolis, junho de 2010.
- MONTEIRO, C. A. de F. **Tempo-Espaço = mudanças e relação pintura (arte) e geografia (ciência)**. Encontros de Gerações. Maria Axuliadora da Silva (Org.). Salvador: EDUFBA, 2013.
- MONTEIRO, C. A. de F. **Rua da Glória 1**: rumo à cidade nascente (1850 - 1896). Teresina: EDUFPI, 2015. 245 p.
- MONTEIRO, C. A. de F. **Rua da Glória 2**: as armas e as máquinas (1896 - 1921). Teresina: EDUFPI, 2015. 290 p.
- MONTEIRO, C. A. de F. **Rua da Glória 3**: no tempo dos revoltosos (1921 - 1934). Teresina: EDUFPI, 2015. 401 p.
- MONTEIRO, C. A. de F. **Rua da Glória 4**: o tamanho de uma esperança (1935-1945). Teresina: EDUFPI, 2015. 450 p.
- NIEMEYER, Oscar. **Nascemos para amar**: Clarice Lispector entrevista Oscar Niemeyer. Em: De corpo inteiro. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

SAMPAIO, Theodoro. **O Tupi na Geografia Nacional**. (Editado recentemente pelo Instituto Histórico Geográfico da Bahia). São Paulo: Casa Eclectica, 1901.

RATZEL, Friedrich. Sobre a situação geográfica. Uma consideração político-geográfica. Tradução brasileira de Luciana Martins e Ferdinand Reis. **Terra Brasilis** (Nova Série). Revista Brasileira de História do Pensamento Geográfico, 15 | 2021.

SOUSA, José M. A. de. **Le sentiment des océans au XXè siècle** : étude du parcours intellectuel de Camille Vallaux et de sa classification des océans et des mers. Tese de doutorado. EHESS : Paris, 2022. 378 p.

## NOTAS DE AUTOR

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

**José Morais Antunes de Sousa** - Concepção. Coleta de dados, Análise de dados, Elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho

### FINANCIAMENTO

Não se aplica.

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

### LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

### HISTÓRICO

Recebido em: 05-10-2023

Aprovado em: 03-03-2024